

Sumário

Número de notícias: 22 | Número de veículos: 19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Juízes também devem pedir reajuste salarial de 5% a Fux..... 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Bondades com responsabilidade (Editorial)..... 4

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Investidor diz que vai usar precatórios para quitar passivo da ITA..... 5

VALOR ONLINE - FINANÇAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

OAB federal diverge de OAB-SP sobre PIS/Cofins em reembolso de escritório de advocacia
..... 6

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
SEGURIDADE SOCIAL

Armadilha fiscal como herança (Editorial)..... 7

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
SEGURIDADE SOCIAL

FGTS: Caixa começa a liberar saques de até R\$ 1 mil; veja calendário..... 8

PORTAL UOL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Aposentadoria por idade: quem tem direito? Como calcular valor? Veja regras..... 10

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Governo pode ceder mais após pressão de entidades..... 12

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

Trava no Orçamento põe teto de gastos de novo na mira..... 14

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Zema vai ao Supremo para derrubar reajuste de servidores..... 16

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

Governo junta auxílio de R\$ 400 a reajuste e busca corte de R\$ 6 bi..... 17

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Com alta da inflação, 64% dizem ter reduzido gastos nos últimos seis meses, diz pesquisa
..... 18

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Preço da gasolina no país está 15% acima da média mundial, diz pesquisa..... 20

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bomba fiscal não tardará a explodir (Editorial)..... 23

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Brasil condena invasão da Ucrânia, diz Guedes 24

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
ECONOMIA

FMI melhora previsão para a economia brasileira em 2022 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Defasagem da tabela do IR com Bolsonaro é a maior desde o Real 26

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Brasil na rabeira do mundo - VINICIUS TORRES FREIRE 29

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Commodities e varejo levam FMI e bancos a rever PIB para cima 30

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Guerra faz FMI rebaixar projeção para PIB global 32

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Alta de juros nos países ricos ameaça estabilidade financeira de emergentes 33

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Aperto monetário pode ser maior que o esperado, alerta diretor do FMI 34

Juízes também devem pedir reajuste salarial de 5% a Fux

WESLLEY GALZO

A queda de braço entre **servidores públicos** federais e o Executivo por reajuste salarial pode se estender ao Poder Judiciário, num impasse entre juízes federais e a presidência do Supremo Tribunal Federal (STF). A Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) deve recorrer ao presidente da Suprema Corte, Luiz Fux, em busca de um projeto que garanta aumento aos magistrados neste ano, caso o presidente Jair Bolsonaro (PL) cumpra a promessa de reajuste de 5% para servidores civis e militares a partir de julho.

Segundo o presidente da Ajufe, Eduardo Fernandes, caso a categoria considerasse o critério que determina a recomposição pela **inflação**, a defasagem dos salários dos juízes estaria na casa dos 49%, com base em estimativas desde 2006. A associação, contudo, descarta levar essa demanda ao presidente do Supremo.

A diretoria da entidade disse trabalhar com a possibilidade de reajuste de 5%, embora não considere o valor satisfatório e estude a apresentação de um pedido formal a Fux.

No Supremo, interlocutores de Fux garantem estar descartada a possibilidade de um projeto de lei para conceder aumento salarial aos juízes este ano. Um dos motivos seria a necessidade de os ministros aumentarem os próprios salários (hoje, em R\$ 39,3 mil mensais) para que os magistrados de instâncias inferiores também passassem a ganhar mais.

CASCATA. Em contrapartida, ainda existiria a possibilidade de servidores da Justiça serem beneficiados pelo aumento, seguindo a lógica de confirmação do reajuste para o Executivo.

Os juízes também trabalham com um plano B: a PEC do quinquênio em tramitação na Câmara. A Proposta de Emenda à Constituição estabelece aos magistrados da União e aos integrantes do Ministério Público adicional de 5% do salário a cada cinco anos. A verba indenizatória é cobiçada por juízes e procuradores, que passariam a receber o adicional acima do teto constitucional, de R\$ 39,3 mil mensais. Como o quinquênio funciona como uma espécie de aumento, mesmo que não seja incluído formalmente na remuneração-base, a pressão geral dos magistrados

e procuradores por reajuste poderia diminuir.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), já defendeu a proposta e disse que as carreiras do Judiciário são como "qualquer outra", apesar dos benefícios como auxílio-moradia e férias de 60 dias.

Na segunda-feira, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres, se reuniu com policiais para acalmar os ânimos em torno do reajuste de 5%. Aos agentes, Torres disse que o acordo sobre aumento ainda não foi fechado, o que abriria brecha para a reestruturação de carreiras. A pressão se espalhou para outras áreas, incluindo servidores do Banco Central (em greve desde o dia 1.º de abril), da **Receita Federal**, do Tesouro Nacional e da Controladoria-Geral da União, entre outras.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Bondades com responsabilidade (Editorial)

CORREIO BRAZILIENSE

O governo do presidente Jair Bolsonaro pode estar armando uma armadilha fiscal para o ano que vem, que tende a dificultar até mesmo o início de um segundo mandato em caso de reeleição. Se não, deixará como herança uma bomba orçamentária que vai estourar em 2023. As iniciativas e medidas que empurram para o ano que vem despesas que deveriam ser honradas este ano se avolumam e devem aumentar ainda mais com a promessa de anúncio de um "pacote de bondades" em ano eleitoral. Nesse caso, as benesses soam como irresponsabilidade. Isenções fiscais, correção de valor nos auxílios emergenciais, reajuste dos **servidores públicos** impactarão fortemente o Orçamento da União, o que, sem contrapartida no aumento das receitas (arrecadação, privatização, royalties etc.) implicará dificuldades extras em um quadro de **inflação** pressionada por juros elevados e baixo crescimento econômico.

O Planalto é pressionado por greves no Banco Central e no **INSS** e pela ameaça de protestos das Forças de Segurança Nacional ? Ilea-se Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal e agentes penitenciários ? insatisfeitas com as idas e vindas em relação à promessa feita pelo presidente de reestruturação das carreiras, com aumento de salários, suspensa por ele mesmo no início deste ano em meio aos protestos de outras categorias que reivindicam reajustes salariais. Sem espaço orçamentário este ano, o governo promete uma correção de 5% para todo o funcionalismo em 2023, inclusive destinando R\$ 11,7 bilhões para esse fim na proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O aumento de 5% para todo o funcionalismo, anunciado inicialmente para este ano, desagradou os policiais.

E não é apenas o reajuste dos servidores, que estão há quatro anos sem aumento, que pressionam o Orçamento de 2023. É preciso lembrar que, para pagar um Auxílio Brasil de R\$ 400 a cerca de 17,5 milhões de famílias, o governo aprovou a PEC dos Precatórios e postergou o pagamento de R\$ 47,4 bilhões em precatórios (dívidas consolidadas por decisões judiciais), com parte desse valor tendo que ser honrado em 2023. A PEC, aprovada no fim de 2021, abriu um espaço orçamentário de cerca de R\$ 100 bilhões no Orçamento deste ano para pagamento dos benefícios sociais (R\$ 50 bilhões) e outras despesas, com uma sobra da ordem de R\$ 10 bilhões, insuficiente para contemplar o aumento salarial para

todos os servidores federais este ano. O gasto do Auxílio Brasil está previsto apenas para este ano, sem continuidade em 2023, o que, caso ocorra, exigirá outros R\$ 50 bilhões.

Na esteira das promessas, o presidente, que busca a reeleição, anunciou ainda a correção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), uma promessa de campanha em 2018 que não foi cumprida até agora. A intenção é elevar a faixa de isenção dos atuais R\$ 1.903,98 para R\$ 3 mil a partir do ano que vem, gerando uma redução de receita estimada em mais de R\$ 50 bilhões, que pode ser compensada com outras medidas tributárias que gerem arrecadação adicional. O governo conta com o aumento da receita para bancar as despesas deste ano, mas ainda não há uma previsão segura do total de **impostos** a serem recolhidos em 2023. Neste ano, apenas em janeiro e fevereiro, a **Receita Federal** arrecadou R\$ 383,9 bilhões no primeiro bimestre, o melhor resultado para o período desde 1995.

Com as despesas para 2023 crescendo antes mesmo da metade do ano de 2022, o que se apresenta no horizonte é a possibilidade de o próximo governo ser obrigado a acabar com o teto de gastos, mecanismo que limita o aumento das despesas à **inflação** do ano anterior e permite a contenção da dívida pública, o que, por sua vez, permite que as taxas de juros da economia não sejam pressionadas pelas contas públicas, estimulando o crescimento econômico. As despesas públicas controladas são ainda um fator de redução na demanda e na **inflação**.

Esse é o risco do pacote de bondades oferecido com o dinheiro que está por vir e que pode ficar para outro governante: inviabilizar o primeiro ano de governo, caso o teto de gastos seja mantido. O pacote de bondades deste ano pode se tornar um cavalo de Troia em 2023. Por isso, tudo que se exige é responsabilidade do governo com as contas públicas.

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
Visão do Correio: Bondades com responsabilidade

Investidor diz que vai usar precatórios para quitar passivo da ITA

IVAN MARTÍNEZ-VARGAS - SÃO PAULO

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

OAB federal diverge de OAB-SP sobre PIS/Cofins em reembolso de escritório de advocacia

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/legislacao/valor-juridico/coluna/oab-federal-diverge-de-oab-sp-sobre-pis-cofins-em-reembolso-de-escritorio-de-advocacia.ghtml>

Site: <https://valor.globo.com/legislacao/valor-juridico/coluna/oab-federal-diverge-de-oab-sp-sobre-pis-cofins-em-reembolso-de-escritorio-de-advocacia.ghtml>

Armadilha fiscal como herança (Editorial)

Avidez com que o presidente Jair Bolsonaro busca apoio e votos para reeleger-se custará caro para quem ocupar a Presidência da República a partir de 1.º de janeiro de 2023 - mesmo que seja ele mesmo, embora as pesquisas indiquem que, no momento, essa não é a hipótese mais provável. De vantagens tributárias para setores econômicos e segmentos sociais que Bolsonaro considera parte de sua base política a promessas de benefícios para grupos mais amplos, vai se formando um conjunto de bondades que imporão aumento de gastos ou quebra de arrecadação. Uma armadilha fiscal está sendo sistematicamente montada pelo governo com objetivos puramente eleitorais. Se não desmontada a tempo pelo próximo presidente, tornará muito mais difícil a superação dos problemas que o País enfrenta, e que poderão piorar. O legado de devastação que este governo deixará e tem sido descrito nesta página é formado também por promessas populistas que agravarão os problemas financeiros do setor público.

O aumento de 5% para todos os servidores federais é um exemplo perfeito da armadilha montada pelo governo e retrata com perfeição o modo de agir de Bolsonaro quando se trata de conquistar apoio eleitoral - que tem sido seu único objetivo desde que tomou posse. O problema começou com a promessa de aumento restrito a carreiras ligadas à segurança, área de particular interesse do presidente. Para isso, foi reservada verba de R\$ 1,7 bilhão no Orçamento de 2022.

Como era previsível, outras categorias do funcionalismo, especialmente as mais organizadas e mais bem remuneradas, protestaram e passaram a exigir aumentos. Temendo a ampliação de paralisações ou operações-padrão que já prejudicavam a liberação de cargas nos portos e aeroportos, impediam a divulgação de relatórios econômico-financeiros e podiam comprometer o atendimento nos postos do **INSS**, o governo anunciou o aumento linear de 5% para todos os funcionários.

As diferentes categorias reagiram ao anúncio, por considerarem a correção insuficiente diante da **inflação** de mais de 10% ao ano. As que já estavam mobilizadas disseram que continuarão a exigir reajustes maiores. E as que seriam beneficiadas pelo aumento anunciado inicialmente por Bolsonaro - policiais federais, policiais rodoviários federais e agentes penitenciários federais - também reclamaram, porque o novo reajuste é muito menor do que estavam esperando.

Há risco de que, diante da resistência dos servidores, o índice de correção seja alterado ou benefícios específicos sejam concedidos para algumas carreiras.

Do ponto de vista orçamentário, não há recursos suficientes nem para pagar o aumento de 5% que já vem gerando protesto em todo o serviço público.

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2023 reservou R\$ 11,7 bilhões para o aumento do funcionalismo.

Nas contas do secretário especial de Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, Esteves Colnago, o reajuste linear anunciado implica gastos adicionais de R\$ 12,6 bilhões no ano que vem. Só aí já faltam R\$ 900 milhões.

O pagamento dos precatórios agendado para 2023 também não está adequadamente programado, o que poderá resultar em despesas adicionais na casa dos bilhões de reais. No ano passado, numa lambança legal e fiscal sintetizada na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) dos Precatórios, o governo Bolsonaro destruiu o teto de gastos ao abrir, malandramente, espaço para gastos acima do limite máximo inscrito na Constituição. "O teto de gastos é apenas um símbolo, uma bandeira de austeridade", disse na ocasião o ministro da Economia, Paulo Guedes.

Isenções ou reduções expressivas de alíquotas de **tributos**, como o IPI, e a prometida elevação do limite de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física tendem a ser medidas permanentes, mas sua justificativa, o aumento da arrecadação, tem efeito momentâneo.

"Existe a necessidade de ajuste fiscal", reconhece o secretário de Tesouro e Orçamento. Parece voz isolada num governo que demonstrou total irresponsabilidade na área fiscal.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

FGTS: Caixa começa a liberar saques de até R\$ 1 mil; veja calendário

Por g1

Trabalhadores nascidos em janeiro já podem, a partir desta quarta-feira (20), retirar até R\$ 1 mil de suas contas do FGTS.

Nas estimativas da Caixa Econômica Federal (CEF), são 3,9 milhões de pessoas aptas a fazer o saque nesta etapa, em que R\$ 2,7 bilhões foram disponibilizados pelo governo federal, de um total de R\$ 30 bilhões direcionados ao saque extraordinário.

Os nascidos em janeiro representam o maior contingente do saque extraordinário, que segue até o dia 15 de junho. Em seguida, aparecem os nascidos em maio, quando 3,8 milhões de pessoas estarão elegíveis para retirar o benefício a partir do dia 14 de maio.

Ao todo, 42 milhões de trabalhadores serão beneficiados pelo saque extraordinário do FGTS. O saldo disponível pode ser consultado desde a semana passada, mas a retirada e a movimentação do valor segue o calendário estabelecido pela Caixa.

Como explicou Pedro Guimarães, presidente da Caixa Econômica Federal, não significa que quem nasceu em janeiro só pode fazer o saque no dia 20 de abril. Mas só pode começar a retirar, quem nasceu em janeiro, a partir deste dia", disse, durante apresentação nesta terça-feira (19).

LEIA MAIS:

Veja tira dúvidas sobre os saques de até R\$ 1 mil do FGTS Governo anuncia antecipação do 13º de aposentados do **INSS** e saque de R\$ 1 mil do FGTS Empréstimo consignado: margem volta a subir para 40% para beneficiários do **INSS** FGTS: quem tem direito, quando pode sacar, qual o rendimento? Entenda

Como consultar

Desde o último dia 8 os trabalhadores podem consultar se têm direito ao benefício - além de valores e datas para receber o dinheiro. As consultas podem ser feitas pelo site da Caixa, por uma versão atualizada do aplicativo FGTS e nas agências da Caixa Econômica Federal (CEF).

Na consulta pelo site do FGTS, é possível saber:

se o trabalhador tem direito ao Saque Extraordinário do FGTS;consultar a data de crédito na Conta Poupança Social Digital.

Já pelo aplicativo FGTS e nas agências da Caixa, é possível:

consultar o valor a ser creditado;consultar a data de crédito na Conta Poupança Social Digital;informar que não quer receber o crédito do valor;solicitar o retorno do valor creditado para a conta FGTS;alteração cadastral para criação de Conta Poupança Social Digital.

O dinheiro das contas do fundo - um direito do trabalhador com carteira assinada - só pode ser sacado, em geral, em situações específicas, como na demissão sem justa causa, na compra da casa própria ou na aposentadoria. Mas, no último mês, o governo publicou Medida Provisória liberando o saque extraordinário.

No site da Caixa, é preciso informar o NIS (PIS/Pasep), que pode ser consultado na carteira de trabalho ou em algum extrato antigo que o trabalhador tenha, e usar uma senha cadastrada pelo próprio trabalhador. É possível usar ainda a Senha Cidadão. A página oferece a opção de recuperar a senha, mas é preciso informar o NIS. Clique aqui e veja como consultar o número do PIS/NIS.

Já o aplicativo pode ser baixado nos seguintes links:

Celulares Android (clique aqui para baixar)Celulares iOS - Apple (clique aqui para baixar)

Calendário

De acordo com a Caixa, cerca de R\$ 30 bilhões serão liberados para aproximadamente 42 milhões de trabalhadores com direito ao saque.

O pagamento vai até 15 de junho, de acordo com o mês de nascimento do trabalhador. A retirada será possível até o dia 15 de dezembro.

O governo federal divulgou o seguinte calendário,

dividido por mês de nascimento:

Qualquer pessoa que tiver conta vinculada do FGTS, ativa ou inativa, poderá sacar. Leia mais aqui

Se o titular possuir mais de uma conta do FGTS, o saque é feito na seguinte ordem: primeiro, as contas relativas a contratos de trabalho extintos, com início pela conta que tiver o menor saldo; em seguida, as demais contas vinculadas, com início pela conta que tiver o menor saldo.

Não estarão disponíveis para saque os valores que estiverem bloqueados na conta do FGTS, como garantia de operações de crédito de antecipação do saque-aniversário, por exemplo.

Como pedir o saque?

Não será preciso solicitar. O dinheiro vai ser disponibilizado automaticamente na conta do trabalhador no Caixa Tem. Leia mais aqui

Se o beneficiário não tiver uma conta no Caixa Tem, a Caixa Econômica Federal vai abrir uma conta em nome do trabalhador automaticamente.

No entanto, em caso de dados incompletos que não permitam a abertura da conta digital, o trabalhador terá de pedir a liberação dos recursos.

Todo o processo para pedir o saque será informatizado. O trabalhador não precisará ir à agência da Caixa, bastando entrar no aplicativo FGTS, disponível para smartphones e tablets, e inserindo os dados pedidos.

O aplicativo pode ser baixado pelo celular:

Clique aqui para baixar o app para celulares Android
Clique aqui para baixar o app para celulares iOS (Apple)

Clique aqui para ver como fazer o login e usar o aplicativo

Após o crédito dos valores na conta poupança social digital, já será possível pagar boletos e contas ou utilizar o cartão de débito virtual e QR code para fazer compras em supermercados, padarias, farmácias e outros estabelecimentos, por meio do aplicativo.

O valor também pode ser transferido para outras contas bancárias da Caixa ou de outro banco. É possível ainda realizar transações por meio do Pix, além de efetuar saque nos terminais de autoatendimento da Caixa e nas casas lotéricas.

Em caso de depósito não automático, confira como pedir o saque pelo aplicativo:

O próprio aplicativo pedirá que o trabalhador faça o pedido de saque, ao clicar no botão "Solicitar saque", de cor laranja; clique em "Confirmar" para autorizar a abertura de conta poupança social da Caixa em seu nome. Essa é a única opção para receber os recursos do FGTS; aparecerá a seguinte mensagem: "A Caixa irá processar a solicitação e caso esteja tudo certo, o valor será creditado em sua conta".

Sou obrigado a sacar?

Não. O saque é facultativo ao trabalhador. Se ele não tiver interesse, pode indicar que não deseja receber o saque extraordinário do FGTS, para que sua conta do FGTS não seja debitada. Nesse caso, ele deverá acessar o aplicativo FGTS ou se dirigir a uma das agências do banco para informar que não quer receber o crédito.

Após a realização do crédito na Conta Poupança Social Digital, o trabalhador pode, ainda assim, optar por desfazer o crédito automático, por meio dos mesmos canais, até o dia 10 de novembro.

Caso o crédito dos valores tenha sido feito na Poupança Social Digital do trabalhador e essa conta não seja movimentada até 15 de dezembro, os recursos serão retornados à conta do FGTS, devidamente corrigidos.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/04/20/fgts-caixa-comeca-a-liberar-saques-de-ate-r-1-mil-veja-calendario.ghml>

Aposentadoria por idade: quem tem direito?

Como calcular valor? Veja regras

Felipe Oliveira

A reforma da Previdência trouxe algumas mudanças para quem deseja se aposentar, mas uma delas acaba sendo a regra mais importante: a idade do contribuinte. Até 2019, existiam alguns requisitos mínimos para obter a aposentadoria, seja por contribuição ou por idade. Porém, os critérios foram alterados e ficaram mais rígidos.

Tire abaixo todas as dúvidas sobre a aposentadoria por idade.

Pelas regras atuais, não incluindo as regras de transição, têm direito à aposentadoria os homens que completarem 65 anos e tenham, no mínimo, 15 anos de tempo de contribuição, enquanto para mulheres a idade mínima é de 61 anos e seis meses de idade, com o tempo mínimo de contribuição sendo o mesmo. Essa base ainda deve mudar, já que a partir de 2023 a idade mínima para mulheres se aposentarem será de 62 anos.

Além disso, o tempo mínimo de contribuição também varia para quem entrou no Regime Geral de **Previdência Social** (trabalhadores de empresas privadas) após 12 de novembro de 2019. Para esses, além da idade mínima de 65 anos para homens ou 62 para mulheres, também serão necessários 20 anos de contribuição.

Quem estava próximo de se aposentar na época da reforma tem regras especiais de transição. Veja a seguir.

A regra básica para conseguir a aposentadoria acaba sendo a idade, mas o tempo de contribuição também é fundamental para o cálculo. Existem algumas regras de transição para quem já atingiu o tempo necessário de contribuição. Isso permite a aposentadoria antes da idade mínima. Veja aqui quais são essas regras de transição.

Caso o segurado não se beneficie de nenhuma regra de transição, é necessário que ele atinja a idade mínima, somada ao tempo mínimo de contribuição.

Para aquelas pessoas que, no momento da reforma, estavam próximas de atender aos requisitos anteriormente exigidos para a aposentadoria, houve a

instituição de regras de transição, com a finalidade de reduzir os impactos da modificação legislativa, explica André Erhardt, Procurador Federal e Professor da Pós-Graduação em Processo nas Cortes Superiores da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília.

Como quase tudo em direito, a resposta é: depende. Pela regra, a resposta seria não, mas existem algumas exceções que permitem reduzir a idade mínima.

Um dos exemplos é o caso de segurados que comprovem o exercício de atividades com efetiva exposição a agentes nocivos durante 15, 20 ou 25 anos. Nesses casos, a idade mínima cai proporcionalmente para 60, 58 ou 55 anos.

Além disso, professores também têm a idade mínima reduzida (60 para homens e 57 para mulheres). É preciso comprovar 25 anos de contribuição exclusivamente em efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil, ensino fundamental ou médio.

Em relação à aposentadoria rural, foi mantida a idade mínima de 55 anos para mulheres e 60 anos para homens, com exigência de 15 anos de contribuição para ambos, afirma o professor.

O próprio portal do **INSS** divulga o valor que será recebido de aposentadoria para o trabalhador. O cálculo é feito a partir da média de todos os salários que o trabalhador recebeu de julho de 1994 em diante. Os valores recebidos antes desse período não são levados em consideração para o cálculo.

Caso você queira calcular manualmente, o valor do benefício de aposentadoria será correspondente a 60% da média aritmética de todos os salários de contribuição posteriores a julho de 1994, com acréscimo de 2 pontos percentuais para cada ano de contribuição que exceder o tempo de 15 anos (mulheres) e 20 anos (homens).

O valor não pode ser inferior ao salário-mínimo nem superior ao teto estabelecido para o Regime Geral de Previdência. Atualmente, o teto do **INSS** é de R\$ 7.087,22.

Um segurado que contribuiu por 25 anos terá direito a uma aposentadoria equivalente a 70% do valor da

média salarial, ou seja, 60% + (5x2 %). Com 35 anos (mulheres) e 40 anos (homens), atinge-se o percentual de 100% da média salarial. É permitido ultrapassar os 100% nos casos em que o tempo de contribuição, para as mulheres, seja superior a 35 anos e, para os homens, ultrapasse os 40 anos. O valor do benefício, contudo, limita-se ao teto , explica o especialista.

Ou seja, é possível aumentar o valor que irá receber de benefício, desde que o trabalhador esteja disposto a aumentar o tempo de contribuição, segundo os especialistas. Quanto maior o tempo de contribuição, maior será o valor do benefício, limitado pelo teto. Também é possível aumentar o valor do salário de contribuição para igual ou mais próximo possível do teto , explica.

Não é necessário que você contrate um advogado, já que o caminho é relativamente simples e bastante intuitivo. Para fazer o pedido de aposentadoria existe um aplicativo, chamado Meu **INSS** , que o trabalhador baixa no celular. Saiba como usar o Meu **INSS** .

Além disso, também é possível acessar o portal do **INSS** no computador e fazer o pedido de aposentadoria. Na própria página, um aviso será exibido mostrando se a pessoa está apta ou não para aposentadoria e o valor que irá receber.

Contudo, apesar de o processo ser relativamente simples, um advogado pode ser importante para orientar qual melhor forma de pedido e também auxiliar no planejamento, nos casos de aposentadorias que vão utilizar as regras de transição.

Não é necessário contratar um advogado no aspecto operacional, o caminho é simples e está feito. Mas há uma necessidade se pensarmos na possibilidade do planejamento, de a pessoa ter mais de um enquadramento e ter a possibilidade de receber um valor bem maior com pouco tempo a mais de contribuição, com pouco sacrifício , orienta Vinícius Fluminhan , professor de direito previdenciário da Universidade Presbiteriana Mackenzie Campinas.

Isso varia de caso a caso, mas o pagamento começa sempre no mês seguinte à aprovação. Importante entender que não há um tempo exato, já que existem casos que precisam de perícia médica, por exemplo, o que pode gerar atraso .

Site: <https://economia.uol.com.br/guia-de-economia/aposentadoria-por-idade-veja-todas-as-regras.htm>

Governo pode ceder mais após pressão de entidades



Secretário especial de Tesouro e Orçamento, Esteves Colnago, disse que aumento de 5% ainda não é oficial

O governo avalia ceder mais aos **servidores públicos**, após diferentes categorias demonstrarem insatisfação com um reajuste linear de 5% para todo o funcionalismo.

Integrantes do Executivo passaram a falar nos últimos dias em conceder, além de maiores salários, aumento do vale-alimentação e do valor das diárias concedidas para viagens.

Para os servidores das forças de segurança, o governo sinalizou nesta semana que não descarta uma reestruturação nas carreiras policiais. Além disso, membros do Executivo afirmaram aos servidores que seria uma prioridade a criação de mais mil vagas para aprovados nos concursos da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal.

Parte do governo, no entanto, defende que este não é o momento de definir novas medidas. Essas decisões poderão ser tomadas até o fim do mês de junho - quando acaba o prazo dado pela Lei de Responsabilidade Fiscal para reajustes (seis meses antes do fim do mandato presidencial).

O presidente disse a apoiadores nesta segunda-feira que o teto de gastos trava mudanças de salário.

"Servidor quer reajuste. Eu quero dar, mas eu tenho um teto de gastos", declarou. Conforme mostrou o jornal Folha de S.Paulo na quarta- feira, Bolsonaro decidiu dar um reajuste linear de 5% para todas as carreiras -inclusive militares das Forças Armadas, além de integrantes do Judiciário e do Legislativo- a partir de 1º de julho deste ano.

A decisão desagradou em especial aos policiais, já que Bolsonaro sinalizou no ano passado uma reestruturação voltada à categoria. A Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF), por exemplo, manifestou "total indignação e repúdio" à escolha do governo pelo percentual de 5%.

Segundo a entidade, se a informação se confirmar, "haverá uma quebra desleal do compromisso" pelo governo, "que sempre teve entre suas bandeiras a segurança pública".

Em entrevista coletiva nesta segunda- feira, o secretário especial de Tesouro e Orçamento, Esteves Colnago, disse que não houve nenhum **comunicado** oficial sobre qualquer decisão do Palácio do Planalto.

"O reajuste de 5% é só uma das propostas que está na mesa.

Não houve decisão tomada nesse sentido. Há um conjunto de propostas sobre a mesa", afirmou Colnago.

"Não há nenhum **comunicado** que nos dê a clareza de que houve essa decisão", disse.

O Palácio do Planalto não se pronunciou oficialmente sobre o tema, mas a Folha de S.Paulo apurou com auxiliares do presidente e com integrantes da equipe econômica que o reajuste foi acertado em uma série de reuniões na semana passada. Nesta segunda, o governo fez novas reuniões com diferentes entidades que representam os policiais para tentar mitigar as insatisfações. O ministro Anderson Torres (Justiça e Segurança Pública) esteve à frente das negociações.

Marcus Firme, presidente da Fenapef (Federação Nacional dos Policiais Federais), disse que não houve nenhuma definição na reunião.

Entretanto, disse ele, um ponto positivo é que o governo ainda não descartou a reestruturação das polícias.

As entidades que participaram, que representam a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), dizem que esse é o principal pleito da categoria. "A fase

ainda é de diálogo, mas a paralisação não está descartada. Temos expectativa de que o governo cumpra com o que foi acordado, prometido", disse Firme. Egídio Araújo, presidente do Sindicato dos Policiais Federais no Distrito Federal, acrescentou que parlamentares que participaram da reunião seguiram para o Palácio do Planalto para tentar levar as reivindicações a Bolsonaro.

Site: https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-25989f1da5598dd89e7134affeca8697.pdf

Trava no Orçamento põe teto de gastos de novo na mira

DANIEL WETERMAN

O presidente eleito em outubro só terá o primeiro ano de mandato para dar reajuste a **servidores públicos** e aumentar despesas obrigatórias do Orçamento, se mantidas as regras em vigor do teto de gastos, a regra que limita o crescimento das despesas à **inflação**.

Conforme os parâmetros do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2023, encaminhado pelo governo do presidente Jair Bolsonaro ao Congresso Nacional, as despesas com salários e com Previdência vão atingir 95% dos gastos totais do Executivo em 2024, comprimindo ainda mais o espaço para custeio da máquina pública, que inclui pagamento da conta de luz dos órgãos públicos, bolsas de iniciação científica e fiscalização ambiental, entre outros gastos, e investimentos.

A regra do teto de gastos diz que, quando as despesas obrigatórias atingirem 95%, o Executivo não poderá criar cargos, dar reajuste salarial, aprovar nova despesa obrigatória, nem ampliar os benefícios fiscais.

A maior parte do Orçamento ficaria "congelada", sem possibilidade de aumento, em função dos gatilhos de contenção de gastos da norma fiscal. As despesas obrigatórias somam R\$ 1,954 trilhão do Orçamento primário, que desconsidera a despesa com juros, e representam 93% do gasto total do governo.

VALORES. As projeções do Executivo indicam que os gastos, que incluem aposentadorias, folha salarial, benefícios sociais e toda despesa prevista em lei, vão somar R\$ 1,759 trilhão em 2023 (94%) e atingir R\$ 1,851 trilhão em 2024 (95%).

Pela Constituição, os gatilhos só serão acionados se o índice de 95% for verificado na aprovação do Orçamento pelo Congresso, e não na execução em si, o que abre margem para os parlamentares cortarem despesas obrigatórias, ampliarem gastos de emendas e escaparem do ajuste, como ocorreu nos últimos anos.

"Sempre temos como mantra a preservação do teto de gastos públicos e a responsabilidade fiscal, mas vamos avaliar o impacto disso considerando o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias", disse ao Estadão/Broadcast o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Zema vai ao Supremo para derrubar reajuste de servidores

LUÍS A MARZULLO luisa.castro@og1obo.com.br

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Governo junta auxílio de R\$ 400 a reajuste e busca corte de R\$ 6 bi

Lu Aiko Otta, Estevão Taiar e Larissa Garcia De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187195?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187195?page=1§ion=1

Com alta da inflação, 64% dizem ter reduzido gastos nos últimos seis meses, diz pesquisa

Por **Alexandro Martello**, g1 - Brasília

Pesquisa divulgada nesta quarta-feira (19) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostra que, com o aumento da **inflação**, 64% dos entrevistados disseram ter reduzido gastos nos últimos seis meses. Desses, metade informou ter feitos cortes grandes ou muito grandes nas despesas.

O levantamento, feito pelo Instituto FSB Pesquisa, ouviu 2.015 pessoas entre 1º e 5 de abril. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

Especial g1: O que é **inflação**? Entenda: Os efeitos da **inflação** no bolso

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a **inflação** em março subiu para 1,62%, maior percentual para o mês desde 1994, isto é, a maior dos últimos 28 anos. No acumulado dos últimos 12 meses, a **inflação** registra aumento de 11,30%.

Puxado principalmente pelo aumento no preço dos combustíveis, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a **inflação** oficial do país, fechou 2021 com aumento de 10,06%, o pior resultado em seis anos.

>>> Veja no vídeo abaixo os detalhes do resultado da **inflação**:

Cortes nos gastos

Saiba abaixo quais gastos os entrevistados disseram ter cortado nos últimos seis meses, segundo a pesquisa CNI:

34% deixaram de comprar material de construção; 29% cancelaram TV por assinatura; 24% deixaram de fazer refeições fora de casa; 23% deixaram de comprar eletrodomésticos; 16% reduziram gastos com combustível; 15% deixaram de consumir combustível; 15% deixaram de comprar roupas e sapatos; 14% afirmaram não usar mais transporte público; 12% cortaram a conta de celular.

Ainda segundo a pesquisa:

o impacto da **inflação** foi sentido nos últimos seis meses por 95% da população; para 87%, os preços subiram muito nos últimos seis meses.

Cenário global

Ao analisar os resultados da pesquisa, o presidente da CNI, Robson Braga, afirmou que há incertezas no cenário global, o que tem causado temor na economia em todo o mundo.

A guerra travada na Ucrânia trouxe mais incertezas para a economia global, o que impulsiona a **inflação** e desperta o temor de retrocesso da economia em todo o mundo, avaliou.

Para ele, diante dessa conjuntura, o Brasil precisa adotar as medidas para incentivar:

crescimento econômico; geração de empregos; aumento da renda da população.

A principal delas é a **reforma tributária**. Não temos como fugir disso, opinou.

Estudo do Centro de Cidadania Fiscal estima que a **reforma tributária** sobre o consumo, discutida pelo Congresso Nacional nas últimas décadas, mas que segue travada, tem potencial para elevar o **PIB** do Brasil em no mínimo 10% nas próximas décadas.

Outros números

Veja outros resultados da pesquisa divulgada pela CNI:

76% dos brasileiros afirmaram que a situação financeira foi prejudicada pela **inflação** (as mais afetadas são as pessoas sem escolaridade; com renda de até um salário mínimo; e moradores do Nordeste); 66% dos entrevistados disseram acreditar que a **inflação** vai aumentar nos próximos seis meses; 81% disseram avaliar que a situação econômica atual é tão grave ou mais grave que crises

econômicas anteriores.

Os entrevistados também informaram quais gastos aumentaram:

59% aumentaram os gastos com conta de luz;56% aumentaram os gastos com gás de cozinha;52% aumentaram os gastos com arroz e feijão;51% aumentaram os gastos com água;50% aumentaram os gastos com combustível;49% aumentaram os gastos com frutas e verduras;48% aumentaram os gastos com carne vermelha.

Projeções

Ainda de acordo com a pesquisa, os entrevistados responderam da seguinte maneira ao serem questionados sobre como preveem os gastos nos próximos seis meses:

47% afirmaram que pretendem manter os gastos;33% disseram que pretendem diminuir os gastos;5% afirmaram que pretendem diminuir muito os gastos.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/04/20/com-alta-da-inflacao-64percent-dizem-ter-reduzido-gastos-nos-ultimos-seis-meses-diz-pesquisa.ghtml>

Preço da gasolina no país está 15% acima da média mundial, diz pesquisa

Eduardo Cucolo

O preço do litro da gasolina no Brasil está cerca de 15% acima da média praticada em 170 países, de acordo com levantamento feito no site da consultoria Global Petrol Prices, com dados para a segunda-feira da semana passada (11).

Na data, o litro do combustível nos postos brasileiros custava R\$ 7,192, valor coletado pela consultoria na ANP (Agência Nacional do Petróleo) até aquela data - atualmente, está em R\$ 7,22. A média mundial era de R\$ 6,29.

Na média de preços de 3 de janeiro a 11 de abril, o valor foi de R\$ 6,78 no Brasil. Entre os fatores que explicam a mudança de patamar dos preços no país estão o mega-reajuste anunciado pela Petrobras no início de março, após a invasão da Ucrânia pela Rússia ajudar a elevar o preço do petróleo, e a valorização do real neste ano.

O levantamento compara os preços locais, em geral informados por órgãos governamentais, convertidos em dólar. Os valores foram posteriormente transformados em reais pelo câmbio de R\$ 4,6915-

Pelo dado mais recente, o Brasil ocupa a posição 118 na lista de 170 países ranqueados do menor para o maior preço. Olhando a lista de outra perspectiva, o Brasil estaria na posição 53 entre os países com a gasolina mais cara.

Os números consideram o valor final ao consumidor, com **impostos**, custos de logística e, em alguns casos, subsídios ao combustível.

Embora o preço na bomba do mercado nacional esteja acima da média mundial na data analisada, isso não significa que os valores por aqui serão necessariamente revistos.

A política de preços da Petrobras segue as cotações nas refinarias do derivado de petróleo na região considerada a melhor alternativa de suprimento para o mercado brasileiro, geralmente, o golfo do México, que concentra grande parte da capacidade de refino dos Estados Unidos. Também são considerados a taxa de câmbio e os custos de importação do produto.

Por esse conceito, o preço no Brasil está defasado em relação à paridade internacional. Segundo cálculo da Abicom (associação dos importadores de combustíveis), com dados para segunda-feira (18), o preço da gasolina no Brasil está 6% abaixo da referência no exterior, o equivalente a R\$ 0,24 por litro.

"Apesar da ligeira redução do câmbio e dos preços de referência da gasolina e do óleo diesel no mercado internacional, as defasagens mantiveram-se afastadas da paridade, inviabilizando as operações de importação", diz a Abicom.

O Brasil está entre os dez maiores produtores, mas a capacidade de refino não atende à demanda nacional, levando à necessidade de importação de até 20% do consumo local.

Os dados da Global Petrol Prices também mostram que o Brasil possui uma das maiores taxas de gastos com o combustível em relação ao nível de renda, de 4,8%, ao lado de países da África e da América Central.

Considerando o custo de encher um tanque de 40 litros, ele equivale a 10,8% da renda média mensal do brasileiro. Os números são praticamente o dobro do verificado, por exemplo, na Argentina.

De acordo com o Global Petrol Prices, em geral, países mais ricos têm preços mais altos. Com exceção dos Estados Unidos, onde o preço médio (R\$ 5,59) é quase a metade do praticado na Europa e está em linha com o valor do México (R\$ 5,476), por exemplo.

Países mais pobres, produtores de petróleo e exportadores costumam ter preços consideravelmente mais baixos, segundo a consultoria. Alguns produtores europeus, no entanto, adotam políticas de tributação mais elevada para combustíveis fósseis, de modo a desestimular o consumo ou formar uma reserva de recursos para outras políticas públicas. É o caso da Noruega, que tem o quarto maior preço (R\$ 11,336 por litro).

Há ainda grandes produtores que praticam preços extremamente baixos, como a Venezuela (R\$ 0,7 por litro), que tem a gasolina mais barata do mundo. Também estão abaixo da média global os preços na Rússia e Arábia Saudita (ambos com R\$ 2,915 por

litro).

O preço na bomba no Brasil está próximo ao de outras grandes economias emergentes, como a China, outro grande produtor, e a Índia - todos ao redor dos R\$ 7,00 por litro.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49886&anchor=6454395&pd=e6790bcf9223f14dded6bd8027106afd>

Gasolina no Brasil está entre as mais caras do mundo

10 países com a gasolina mais barata do mundo

Posição no ranking e país	Valor, em R\$
1 Venezuela	0,117
2 Líbia	0,15
3 Irã	0,241
4 Síria	1,481
5 Argélia	1,505
6 Kuwait	1,616
7 Angola	1,711
8 Nigéria	1,924
9 Turcomenistão	2,009
10 Cazaquistão	2,162

Gasolina no Brasil está entre as mais caras

Posição no ranking e país	Valor, em R\$ - países selecionados
15 Bolívia	2,552
22 Rússia	2,915
23 Arábia Saudita	2,915
24 Colômbia	2,971
26 Equador	3,16
43 Argentina	4,76
61 México	5,476
62 Estados Unidos	5,59
76 Paraguai	6,071
86 Japão	6,357
92 Chile	6,504
108 China	6,909
109 África do Sul	6,95
110 Índia	6,989
118 Brasil	7,192
139 Uruguai	8,773
141 França	8,849
155 Reino Unido	9,93
156 Portugal	9,946
159 Alemanha	10,054

10 países com a gasolina mais cara

Posição no ranking e país	Valor, em R\$
161 Grécia	10,447
162 Países Baixos	10,702
163 Islândia	10,798
164 Finlândia	11,019
165 Zimbábue	11,039
166 Israel	11,177
167 Noruega	11,336
168 Mônaco	11,555
169 Rep. Centro-Africana	11,697
170 Hong Kong	13,491

R\$ 6,29

Preço médio da gasolina em 170 países

R\$ 7,192

Preço médio no Brasil em 11 de abril de 2022

Fonte: Global Petrol Prices. Valores por litro em dólar convertidos para reais ao câmbio de R\$ 4,6915

Bomba fiscal não tardará a explodir (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Brasil condena invasão da Ucrânia, diz Guedes

Lu Aiko Otta e Estevão Taiar De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187195?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187195?page=1§ion=1

FMI melhora previsão para a economia brasileira em 2022

Rosana Hessel

O Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou ontem as novas previsões do relatório Panorama Econômico Global (WEO, na sigla em inglês), reduzindo a maioria das projeções de crescimento, devido à guerra na Ucrânia e aos novos bloqueios realizados pela China por conta da covid-19. Com isso, o Produto Interno Bruto (**PIB**) mundial deverá ter expansão de 3,6%, neste ano, em vez dos 4,4% estimados em janeiro pelo organismo multilateral.

Na contramão, o Fundo melhorou as perspectivas para **PIB** do Brasil deste ano, que passou de 0,3% para 0,8%, dado ainda mais conservador do que a alta estimada pelo Ministério da Economia, de 1,5%, que consta no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2023 enviado ao Congresso Nacional na semana passada. Para o **PIB** de 2023, a estimativa de expansão do país passou de 1,6% para 1,4%.

Crescimento baixo

Um dos motivos dessa melhora das projeções do **PIB** brasileiro em 2022 apontados pela diretora-adjunta do Departamento de Pesquisa do FMI, Petya Koeva Books, foi o choque de preços das commodities, que deve beneficiar o Brasil como exportador de alimentos. Contudo, os dados do Fundo mostram que o país deve ter um dos menores crescimentos da América Latina, que, na média, terá uma expansão de 2,5% neste ano. Para o **PIB** do México, por exemplo, o Fundo estima avanço de 2%.

"O Brasil continuará crescendo pouco neste ano e há riscos ainda de o **PIB** ficar perto de zero, porque há muitos fatores de preocupação, como as eleições, que geram ruído e incertezas que puxam o **PIB** brasileiro para baixo", destacou o economista Sílvio Campos Neto, sócio da Tendências Consultoria. Ele lembrou que outro fator que pode deixar a economia brasileira estagnada é o aperto monetário conduzido pelo Banco Central, que deve continuar elevando a taxa básica de juros (Selic), atualmente em 11,75% ao ano, para um campo ainda mais contracionista, podendo chegar a 13,75% em junho.

Defasagem da tabela do IR com Bolsonaro é a maior desde o Real

Alexa Salomão

SÃO PAULO

A defasagem da tabela do IR (Imposto de Renda da Pessoa Física) no governo de Jair Bolsonaro (PL) atingiu um pico na série histórica iniciada em 1996. Em três anos e três meses, até março de 2022, a defasagem durante a atual gestão alcançou 24%.

Até o momento, nenhum outro presidente acumulou tal defasagem em um único mandato desde a implantação do Plano Real e da mudança no cálculo da tabela, a partir de janeiro de 1996. Antes, nos anos de **inflação** descontrolada, a tabela sofria reajuste automático por um indexador, a Ufir (Unidade Fiscal de Referência).

O levantamento foi realizado pelo Sindifisco Nacional e mede a defasagem por mandato presidencial considerando o IPCA, índice oficial de **inflação** medido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A tabela é usada para o cálculo do desconto do Imposto de Renda de trabalhadores, aposentados e demais contribuintes. Nela, há as faixas de rendimento usadas para base de cálculo, com a respectiva alíquota e parcela a deduzir. Na prática, quando ela não é reajustada conforme a **inflação** avança, brasileiros pagam mais imposto e o número de contribuintes isentos diminui, ampliando a população tributada.

Hoje, quem tem renda de R\$ 2.000, por exemplo, é tributado na fonte na faixa de 7,5%. Porém, caso a tabela fosse reajustada conforme a proposta de reforma do IR, que está parada no Congresso, essa pessoa seria isenta.

De modo semelhante, alguém com renda de R\$ 3.000 passaria a ser tributado em 7,5%, em vez dos 15% que incidem atualmente. Com isso, o imposto a pagar cairia de R\$ 95,20 para R\$ 37,50, segundo cálculos do Sindifisco.

Promover a correção da tabela do IR foi um compromisso assumido por Bolsonaro durante a campanha eleitoral de 2018, não concretizado até o momento. Nas últimas semanas, tanto o presidente

como o ministro da Economia, Paulo Guedes, retomaram o tema, ventilando a possibilidade de fazer a correção ainda em 2022.

Em recente entrevista à CNN, Bolsonaro disse que já está em estudo na equipe econômica uma correção da tabela em "percentual bastante elevado". O governo tem a alternativa de apresentar a correção da tabela em uma medida provisória.

Se ela não ocorrer, a defasagem nos quatro anos de mandato de Bolsonaro pode chegar a 28%. A projeção considera a estimativa de que neste ano a **inflação** tende a acumular uma alta de 6,86%, segundo a média de projeções dos analistas de mercado financeiro. No entanto, a área de análise de algumas instituições já estima **inflação** em 7% ou até 8%.

As maiores defasagens até então haviam sido registradas no primeiro e no segundo mandatos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Havia um argumento monetário naquele momento para segurar a correção. No final dos anos 1990, a equipe econômica trabalhou para evitar a indexação de preços, que colocaria em risco a estabilidade do Plano Real logo na sua largada.

No primeiro mandato, a defasagem ficou em 17,19%. No final do segundo mandato, em 2002, já sob a influência da campanha eleitoral, o governo FHC fez uma correção parcial na tabela, e terminou aquela última gestão com uma defasagem de 18,99%.

Em seu primeiro mandato, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não fez reajuste. A defasagem naqueles quatro ficou em 7,92%. No entanto, entre 2007 e 2014, a gestão petista recorreu a uma lei para fazer um reajuste fixo anual de 4,5% na tabela do IR.

Por conta desse expediente, a defasagem no segundo mandato de Lula ficou em 2,48%, a menor da série para um mandato presidencial. No primeiro mandato de Dilma Rousseff (PT), ela foi de 6,53%. Até o impeachment, em 2016, a defasagem no segundo mandato de Dilma totalizou 4,80%. O último reajuste da tabela ocorreu em abril de 2015.

O presidente Michel **Temer** também optou por não reajustar a tabela. Na sua gestão, a defasagem totalizou 13,52%.

Somando as defasagens de dois mandatos consecutivos, no caso dos presidentes que se reelegeram, FHC prevalece como o recordista de perdas para os contribuintes. Em seus oito anos de governo, a defasagem chegou a 39,44%.

No caso de Lula, a defasagem ficou em 10,6% no acumulado de suas duas gestões. Do primeiro mandato até o impeachment, as gestões de Dilma acumularam defasagem de 11,6%.

Considerando a falta de reajuste da tabela em todos os governos, desde a data da mudança em janeiro de 1996 até março de 2022, a defasagem na correção da tabela totaliza 142%.

A **inflação** de cada período faz uma grande diferença no cálculo da defasagem. Quanto mais alta for a **inflação**, maior será a defasagem. Entre tributaristas, o congelamento da tabela sempre foi visto como uma estratégia política. Não corrigir, na prática, significa elevar a tributação sem enfrentar o desgaste de promover um aumento no imposto.

O projeto de lei da Reforma do IR, o PL 2.337 de 2021, defendido pelo ministro Paulo Guedes, previa a correção da tabela. A proposta tinha itens polêmicos, como a taxação de lucros e dividendos. O texto, na falta de acordo, está parado na Câmara.

Segundo estimativa do Sindifisco Nacional, com R\$ 10 bilhões, o governo poderia ajustar a tabela para os mesmos valores constantes previstos no projeto de lei, já a partir de 1º de julho deste ano. Pelas simulações, mais de 16 milhões de assalariados ficariam isentos. Mais de 30 milhões de contribuintes teriam um alívio no pagamento do tributo.

A mudança, que apareceria na declaração de 2023, já seria sentida no contracheque neste ano, pois o valor recolhido na fonte já seria menor. Politicamente, a correção da tabela, a essa altura do ano, seria interpretada não como uma política econômica, mas uma estratégia para conquistar votos.

Estamos perseguindo desde o começo a questão do Imposto de Renda, a tabela que não é reajustada, e ele [Paulo Guedes] pretende anunciar para o ano que vem um percentual bastante elevado de desconto do IR, passa de R\$ 2.000 para perto de R\$ 3.000 o desconto

Jair Bolsonaro

durante entrevista à CNN Brasil, concedida no sábado (16)

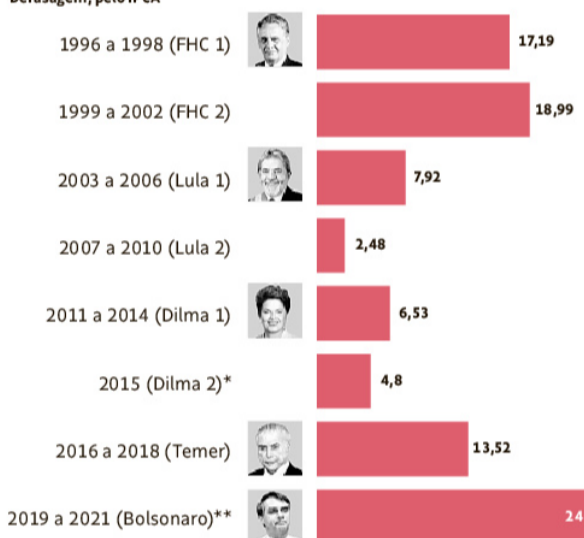
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49886&anchor=6454395&pd=e6790bcf9223f14dded6bd8027106afd>

Mordida recorde do Leão

Defasagem da tabela do Imposto de Renda atinge maior patamar em quase 20 anos

Defasagem, pelo IPCA



A tabela de cobrança do IR é a mesma desde abril de 2015

Tabela do Imposto de Renda Pessoa Física

Base de cálculo Em R\$	Alíquota Em %	Parcela a deduzir Em R\$
Até 1.903,98	0	--
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

Caso o governo liberasse R\$ 10 bilhões em 2022, poderia ajustar a tabela para os mesmos valores constantes previstos no Projeto de Lei 2.337, de 2021, a partir de 1º de julho deste ano, ou seja, seis meses em 2022.

Os valores da nova tabela passariam a ser:

Projeção da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física

Base de cálculo Em R\$	Alíquota Em %	Parcela a deduzir Em R\$
Até 2.500,00	0	--
De 2.500,01 a 3.200,00	7,5	187,50
De 3.200,01 a 4.250,00	15,0	427,50
De 4.250,01 a 5.300,00	22,5	746,25
Acima de 5.300,00	27,5	1.011,25

Pelas estimativas, com a mudança

30 milhões de contribuintes

teriam alívio e

16 milhões de assalariados

ficariam isentos

Simulação para quem ganha R\$ 3.000

	Tabela atual	Com a revisão da tabela
Alíquota, em %	15	7,5
Parcela a deduzir, em R\$	354,80	187,50
Imposto a pagar, em R\$	95,20	37,50

O contribuinte pagaria **R\$ 57,70** a menos de imposto todo mês, economizando **R\$ 750,10** ao ano, incluindo IR sobre o 13º

*Até início do processo de impeachment. **Considera IPCA de janeiro de 2019 a março de 2022. Fonte: Sindifisco Nacional

Brasil na rabeira do mundo - VINICIUS TORRES FREIRE

VINICIUS TORRES FREIRE

As maiores economias do mundo vão crescer menos em 2022 do que o FMI previa antes da guerra. O Brasil é uma das pouquíssimas que se salvaram da revisão para baixo das estimativas do Fundo Monetário Internacional. Em vez de crescer 0,3% neste ano, crescerá 0,8%.

Quanto América Latina e Caribe vão crescer, na estimava do Fundo? O triplo do crescimento brasileiro: 2,5%. No caso de 2023, chute ainda mais arriscado, o Brasil crescerá 1,4% e América Latina Caribe de novo 2,5% (o que inclui o crescimento brasileiro, claro, empurrando a média regional para baixo).

Previsões de crescimento costumam estar bem erradas. As do FMI (e as do Banco Mundial e as da OCDE) foram horripelmente erradas assim que começou a epidemia, em particular para o Brasil. Mas, além dos números, a historinha contada pelo Fundo tem algum interesse, embora não seja também lá novidade.

O argumento de base para revisão "para cima" no caso brasileiro é que o país poderia se beneficiar da alta do preço de commodities (petróleo, grãos, minérios), essas mesmas carestias que empurram a **inflação** para cima e desgraçam o poder de compra dos salários.

Além do mais, o Brasil não está no grupo dos países emergentes que padeceram de fuga de capitais por causa da crise da guerra. Na verdade, o vaivém de dinheiro melhorou no Brasil desde o início deste ano (depois de anos muito ruins, diga-se de passagem).

E daí?

Daí que, mesmo beneficiado pela sorte equívoca e duvidosa de faturar inadvertidamente uns trocados com a guerra, o Brasil continua andando devagar mesmo para os padrões menos que medíocres da vizinhança. Tem sido assim desde o começo da década de 2010. Nas contas dos economistas do Fundo, ainda seria o caso de 2019 a 2023.

Tomando como base o ano de 2019, o último antes da epidemia, e levando as estimativas até 2023, o Brasil crescerá 2,4% no quadriênio. América Latina Caribe,

4,4% (mesmo incluindo o peso morto brasileiro. Sem o Brasil, vai crescer bem mais).

Nas economias avançadas, o crescimento seria de 6,3% nesse quadriênio (trata-se de Estados Unidos, Canadá, Japão, União Europeia do euro, Reino Unido e uns ricos menores). Na média ponderada do mundo, o crescimento acumulado a partir de 2019 até 2023 seria de 10,3%.

Sim, nesse pacote mundial tem o peso da China, da Índia e países do leste da Ásia. Mas por que estamos arrumando desculpas, por assim dizer? Sim, desculpas: dizer que a China é um caso excepcional. Ou dizer que a Índia é um caso diferente e compreensível de país de muito pobre que tem sucesso em sair da renda baixa (como o Brasil já o fez), como é também o caso de certos países da África.

Mas o que está acontecendo mesmo com os países do Oriente Médio e na Ásia Central? Vão crescer 11,3% no quadriênio 2020-2023. Ah, sim, lá estão os países petrolíferos, como a Arábia Saudita, mas não apenas. Mas, sim, somos uma aberração, não importa muito para onde se olhe. O crescimento da economia da África Subsaariana nesse período seria de 10,9%, segundo os chutes mais ou menos informados do FMI.

Não é novidade, o Brasil tem sido uma aberração desde 2014. Mesmo o crescimento da economia depois de 2010 e antes da Grande Recessão caía pelas tabelas, na comparação com a vizinhança sul-americana.

Mais incrível é que o assunto praticamente desapareceu da conversa, como se o nosso destino manifesto fosse afundar no esquecimento e como se agora estivéssemos limitados apenas a manter "as instituições funcionando" a fim de que muitos de nós não tenhamos de ir para o exílio.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49886&anchor=6454395&pd=e6790bcf9223f14dded6bd8027106afd>

Commodities e varejo levam FMI e bancos a rever PIB para cima

RENÉE PEREIRA

Uma série de dados positivos, como alta nas vendas do varejo, aumento no preço das commodities e liberação do FGTS, levou bancos, consultorias e o Fundo Monetário Internacional (FMI) a revisar para cima a previsão de crescimento da economia brasileira neste ano. No caso das previsões do FMI, divulgadas ontem, o Brasil deverá crescer 0,8% (a expectativa anterior era de 0,3%), ante crescimento mundial de 3,6% (4,4% antes).

O conflito entre Rússia e Ucrânia explica tanto a revisão para cima do crescimento de alguns países, como o Brasil, quanto a queda do avanço mundial. A alta no preço das commodities pressiona a economia sobretudo da Europa, mas dá algum fôlego para países exportadores de grãos.

Para se ter uma ideia, as exportações brasileiras do agronegócio tiveram o maior valor para o mês de março da história, a US\$ 14,53 bilhões, alta de 29,4% em relação ao mesmo período do ano passado.

O principal motivo foi o aumento de 27,6% nos preços praticados, segundo o Ministério da Agricultura.

No mercado interno, as vendas no varejo em fevereiro, por exemplo, tiveram alta de 1,1%, de acordo com o IBGE, acima das expectativas do mercado. Já em serviços, apesar da queda em fevereiro, os analistas ainda veem perspectiva positiva. "O setor de serviços está voltando a ir bem com o avanço da vacinação, e as pessoas estão se sentindo estimuladas a consumir fora de casa", diz Claudio Considera, pesquisador associado do FGV-Ibre.

PESO DOS JUROS. Existe, porém, a avaliação entre os economistas de que essa melhora nos números poderá perder fôlego. "A partir do meio do ano, vemos uma contração maior da economia brasileira por causa do ciclo de alta dos juros", diz o economista-chefe do C6 Bank, Felipe Salles. A instituição reviu de 0,5% para 1,5% o **PIB** deste ano, mas o de 2023 foi mantido em 0,5%. No caso do FMI, a projeção para o ano que vem foi reduzida de 1,6% para 1,4%.

A consultoria MB Associados também está em processo de revisão de seus números. A expectativa é de que o crescimento mude de zero para algo entre

0,5% e 1% no ano. Isso, no entanto, não quer dizer que as notícias devem ser tão positivas lá na frente.

O problema, diz o economistachefe da MB, Sérgio Vale, ficará para 2023. Isso porque parte do crescimento deste ano também está sendo motivada pelo "pacote de bondades" adotado pelo governo, de olho na campanha de reeleição do presidente Jair Bolsonaro, como a liberação do saque emergencial do FGTS, a liberação do Auxílio Brasil e o aumento dos salários do funcionalismo.

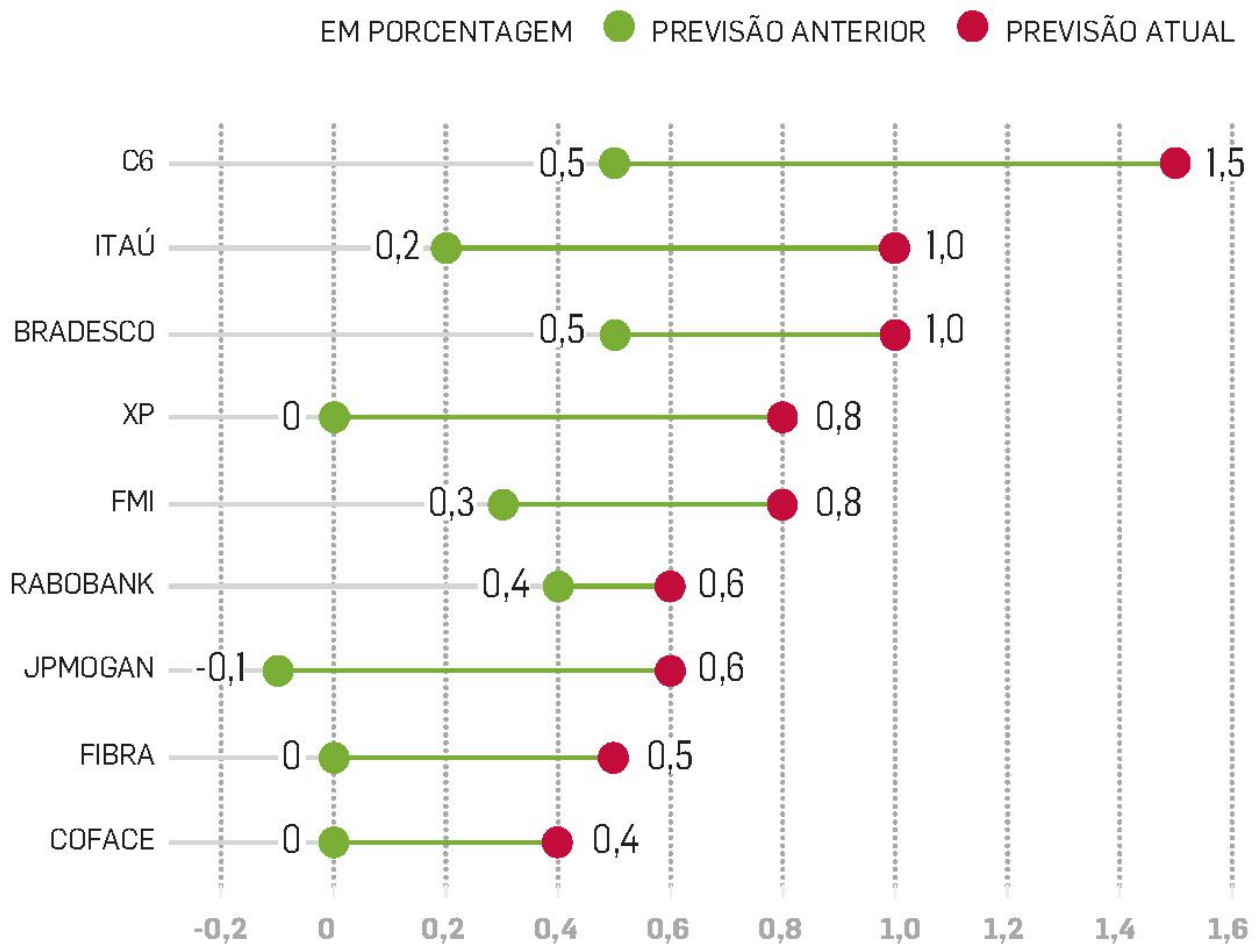
"Ter algum crescimento é algo para se comemorar, mas é muito aquém do que poderíamos", diz ele. Pelos dados do FMI, o México deve crescer 2% neste ano, enquanto África do Sul e Índia devem avançar 1,9% e 8,2%, respectivamente.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

REVISÕES

Bancos e instituições preveem um crescimento maior para o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil este ano

Estimativas para o PIB de 2022



FONTE: BROADCAST // INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Guerra faz FMI rebaixar projeção para PIB global

Roberto Lameirinhas e Lucas De Vitta De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187195?page=12§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187195?page=12§ion=1

Alta de juros nos países ricos ameaça estabilidade financeira de emergentes

Assis Moreira De Genebra

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187195?page=12§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187195?page=12§ion=1

Aperto monetário pode ser maior que o esperado, alerta diretor do FMI

Sérgio Tauhata De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187195?page=12§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187195?page=12§ion=1